

Relatório e Contas

2005

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2005

Relatório de Gestão	2
Introdução	2
Síntese da Actividade	3
Informações Legais	3
Proposta de Aplicação de Resultados	4
 Demonstrações Financeiras	 7
 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	 57
 Certificação Legal das Contas	 61
 Relatório dos Auditores	 65
 Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual	 69

Relatório de Gestão

Introdução

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o exercício de 2005 e apresenta igualmente uma análise das perspectivas futuras do Grupo e dos seus negócios, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

As demonstrações financeiras individuais forma preparadas de acordo com as políticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal ("PGAAP"), ao invés das demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. A reconciliação do valor do capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e do resultado líquido do exercício findo nessa data, atribuível aos accionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (em PGAAP) e as consolidadas (em IFRS) é conforme segue:

	Resultado Líquido	Capital Próprio
Em PGAAP	500.021.577	3.151.277.480
Desmantelamento e remoção de activos (IAS 16)	(2.364.932)	(21.639.756)
Transacções de sale and lease back (IAS 17)	(1.598.870)	(39.251.516)
Benefícios de reforma (IAS 19)	65.487.363	(1.224.067.052)
Distribuição de acções a empregados (IAS 19)	(3.562.059)	-
Provisão para reestruturação (IAS 37)	(1.677.344)	2.563.413
Amortização do goodwill (IAS 36)	92.682.798	190.760.665
Amortização de licenças (IAS 36 e IAS 38)	(21.253.628)	(110.435.632)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (IAS 38)	10.136.534	(12.887.041)
Custos diferidos (IAS 38)	815.940	(512.812)
Custo com a aquisição de clientes (IAS 38)	18.378.479	-
Instrumentos financeiros (IAS 32 e 39)	1.241.531	(102.124.160)
Empréstimos por obrigações convertíveis (IAS 32 and 39)	(3.414.970)	-
Reconhecimento da receita (IAS 18)	93.406	(986.776)
Distribuição do goodwill gerado na aquisição de empresas (IFRS 3)	(1.592.013)	(2.388.019)
Outros	630.466	(1.917.505)
Em IFRS	654.024.278	1.828.391.289

Síntese da Actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, no exercício de 2005, em cerca de 13 milhões de euros.

Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- No início de 2005, a Portugal Telecom não detinha quaisquer acções próprias. No âmbito do programa de share buyback anunciado pela Comissão Executiva em 16 de Setembro de 2003, que compreendia a aquisição de 10% do capital da Empresa, a Portugal Telecom efectuou as seguintes transacções nos exercícios de 2004 e 2005:
 - Procedeu a uma redução do capital social de 1.254.285.000 euros para 1.166.485.050 euros em 28 de Dezembro de 2004 na sequência da decisão da Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004, por cancelamento das 87.799.950 acções próprias que se encontravam em carteira nessa data, equivalentes a 7% do capital social; e
 - Adquiriu 37.628.550 acções próprias durante o primeiro semestre de 2005, equivalentes a 3% do capital social anterior à redução de 28 de Dezembro de 2004, tendo procedido a uma nova redução do capital social de 1.166.485.050 euros para 1.128.856.500 euros em 21 de Dezembro de 2005, na sequência da decisão da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, por cancelamento das 37.628.550 acções próprias que se encontravam em carteira nessa data.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Proposta de Aplicação de Resultados

1. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 apurou-se um resultado líquido de 500.021.577 euros.
2. De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, 5% do resultado líquido do exercício destinam-se ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital social.
3. Dando cumprimento ao disposto na lei e nos estatutos, propõe-se, pois, que o montante de 25.001.079 euros, correspondente a 5% do resultado líquido do exercício, se destine ao reforço da reserva legal.
4. Atenta a afectação obrigatória do resultado líquido do exercício, conforme acima mencionado, que, do remanescente desse resultado no montante de 475.020.498 euros, acrescido de 61.186.339,50 euros de resultados transitados, seja pago aos accionistas um montante de 536.206.837,50 euros (correspondendo a 0,475 euros por acção, relativamente ao número total de acções emitidas).
5. Que, não sendo possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, designadamente no acréscimo de liquidez dos seus títulos, a verba global de 536.206.837,50 euros prevista no parágrafo anterior, seja objecto de distribuição da seguinte forma:
 - a. A cada acção emitida seja pago o montante unitário de 0,475 euros;
 - b. Não seja pago e transferido para resultados transitados, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento acima referido, pertencerem à própria Sociedade.
6. Considerando, finalmente, o direito ao pagamento acima referido inherente às acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas, mas se propõe que se delibere, em relação à deliberação de distribuição constante do número quatro, que:
 - a. A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 0,475 euros;
 - b. O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja efectuado mediante utilização do montante remanescente de



resultados transitados após a distribuição constante do número quatro da presente proposta.

Lisboa, 15 de Março de 2006.

O Conselho de Administração

Ernâni Rodrigues Lopes

Miguel Horta e Costa

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Henrique Granadeiro

Rodrigo Costa

Joaquim Goes

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Abril

António Viana-Baptista

Luís de Mello Champalimaud

Patrick Monteiro de Barros

Carlos Blanco de Morais

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos



Demonstrações Financeiras

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2005		2004		
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido	
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Investigação e desenvolvimento	10	6.973.398	(2.149.651)	4.823.747	1.653.214	
Propriedade industrial e outros direitos	10	606.376	(227.768)	378.608	128.279	
Trespasse	9,10	567.858.200	(104.804.786)	463.053.414	447.773.225	
Imobilizações em curso	10	185.000	-	185.000	1.066.032	
		<u>575.622.974</u>	<u>(107.182.205)</u>	<u>468.440.769</u>	<u>450.620.750</u>	
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	10	40.000	(200)	39.800	-	
Equipamento de transporte	10	3.212.962	(1.836.633)	1.376.329	1.716.783	
Ferramentas e utensílios	10	574	(574)	-	23	
Equipamento administrativo	10	3.284.727	(1.957.086)	1.327.641	1.684.734	
Outras imobilizações corpóreas	10	1.137.722	(135.629)	1.002.093	1.047.430	
Imobilizações em curso	10	-	-	-	198.965	
		<u>7.675.985</u>	<u>(3.930.122)</u>	<u>3.745.863</u>	<u>4.647.935</u>	
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	2.206.735.390	-	2.206.735.390	1.672.586.174	
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	2.817.194.727	-	2.817.194.727	2.693.368.446	
Partes de capital em empresas associadas	10,16	39.816.078	-	39.816.078	5.144.383	
Empréstimos a empresas associadas	10,16	35.318.668	(4.524.922)	30.793.746	70.514.949	
Partes de capital em outras empresas	10,16	58.798.730	(1.995.193)	56.803.537	63.763.538	
Outros empréstimos concedidos	10,16	3.574.300	(3.292.066)	282.234	280.596	
Títulos e outras aplicações financeiras	10,16	2.655.000	-	2.655.000	-	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		1.350.000	-	1.350.000	-	
		<u>5.165.442.893</u>	<u>(9.812.181)</u>	<u>5.155.630.712</u>	<u>4.505.658.086</u>	
CIRCULANTE:						
Dividas de terceiros - curto prazo:						
Empresas do grupo	16	275.633.074	-	275.633.074	314.690.758	
Empresas participadas e participantes		6.396.636	-	6.396.636	6.407.801	
Adiantamentos a fornecedores		99.527	-	99.527	-	
Estado e outros entes públicos	49	10.704.434	-	10.704.434	6.431.805	
Outros devedores		5.244.185	-	5.244.185	13.015.649	
		<u>298.077.856</u>	<u>-</u>	<u>298.077.856</u>	<u>340.546.013</u>	
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	51,55	420.057.134	-	420.057.134	548.526.475	
Outras aplicações de tesouraria	51,55	1.073.113.162	-	1.073.113.162	797.959.832	
		<u>1.493.170.296</u>	<u>-</u>	<u>1.493.170.296</u>	<u>1.346.486.307</u>	
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	55	98.512.496	-	98.512.496	12.945.573	
Caixa	55	20.000	-	20.000	20.250	
		<u>98.532.496</u>	<u>-</u>	<u>98.532.496</u>	<u>12.965.823</u>	
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	52	16.450.542		16.450.542	28.316.604	
Custos diferidos	52	2.941.142		2.941.142	4.628.735	
Activos por impostos diferidos	6	161.895.276		161.895.276	373.043.030	
		<u>181.286.960</u>	<u>-</u>	<u>181.286.960</u>	<u>405.988.369</u>	
Total de amortizações			<u>(111.112.327)</u>			
Total de ajustamentos			<u>(9.812.181)</u>			
Total do activo		<u>7.819.809.460</u>	<u>(120.924.508)</u>	<u>7.698.884.952</u>	<u>7.066.913.283</u>	

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2005	2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36 , 40	1.128.856.500	1.166.485.050
Prémios de emissão de acções	40	91.704.891	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	881.218.517	328.139.280
Reservas:			
Reserva legal	40	179.229.361	154.225.075
Outras reservas	40	131.272.144	93.643.594
Resultados transitados	40	238.974.490	370.456.302
		<u>2.651.255.903</u>	<u>2.204.654.192</u>
Resultado líquido do exercício	40	<u>500.021.577</u>	<u>500.085.704</u>
Total do capital próprio		<u><u>3.151.277.480</u></u>	<u><u>2.704.739.896</u></u>
PASSIVO:			
Provisões :			
Provisões para impostos	34	5.012.148	13.975.284
Outras provisões	34	<u>860.737.818</u>	<u>947.418.003</u>
		<u><u>865.749.966</u></u>	<u><u>961.393.287</u></u>
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	48	-	390.335.000
Dívidas a instituições de crédito	48	714.738.150	545.017.376
Outros empréstimos obtidos	48	1.199.553.000	-
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	<u>715.994</u>	<u>965.887</u>
		<u><u>1.915.007.144</u></u>	<u><u>936.318.263</u></u>
Dívidas a terceiros - curto prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis:	48	390.335.000	-
Dívidas a instituições de crédito	48	80.279.225	91.754.107
Outros empréstimos obtidos	48	574.774.497	1.560.458.486
Fornecedores - conta corrente		<u>13.366.594</u>	<u>8.956.163</u>
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		<u>188.350</u>	<u>178.378</u>
Empresas do grupo	16	349.291.440	419.317.526
Empresas participadas e participantes		<u>5.068.852</u>	<u>9.171.865</u>
Outros accionistas		<u>625.370</u>	<u>625.369</u>
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	753.365	865.206
Estado e outros entes públicos	49	1.741.323	1.479.044
Outros credores	50	<u>9.019.515</u>	<u>1.099.020</u>
		<u><u>1.425.443.231</u></u>	<u><u>2.093.905.164</u></u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	52	66.417.124	74.542.629
Proveitos diferidos	52	902.266	21.926.303
Passivos por impostos diferidos	6	<u>274.087.741</u>	<u>274.087.741</u>
		<u><u>341.407.131</u></u>	<u><u>370.556.673</u></u>
Total do passivo		<u><u>4.547.607.472</u></u>	<u><u>4.362.173.387</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>7.698.884.952</u></u>	<u><u>7.066.913.283</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		25.070.301	31.502.297
Custos com o pessoal:			
Remunerações		19.062.904	28.865.625
Encargos sociais:			
Pensões		-	719.175
Outros		<u>2.751.777</u>	<u>2.840.988</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	2.603.405	2.322.273
Provisões	34	<u>6.459.810</u>	<u>9.063.215</u>
Impostos		3.801.046	16.094
Outros custos e perdas operacionais		<u>426.211</u>	<u>827.872</u>
(A)		<u>60.175.454</u>	<u>843.966</u>
Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	37.191.683	31.702.062
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		8.069.245	3.528.236
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	52.084.341	59.259.185
Outros	45	<u>133.281.527</u>	<u>230.626.796</u>
(C)		<u>290.802.250</u>	<u>137.745.368</u>
Custos e perdas extraordinários	46	<u>27.761.868</u>	<u>33.854.706</u>
(E)		<u>318.564.118</u>	<u>333.183.881</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	<u>(6.864.522)</u>	<u>(25.363.490)</u>
(G)		<u>311.699.596</u>	<u>307.820.391</u>
Resultado líquido do exercício		<u>500.021.577</u>	<u>500.085.704</u>
		<u>811.721.173</u>	<u>807.906.095</u>
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		12.640.134	12.359.834
Proveitos suplementares		<u>341.918</u>	<u>508.669</u>
(B)		<u>12.982.052</u>	<u>12.868.503</u>
Rendimentos de participações de capital	45	2.279.386	1.398.689
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Outros		-	33.739.814
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		8.194.546	26.373.905
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	596.682.104	652.962.450
Outros	45	<u>132.684.518</u>	<u>739.840.554</u>
(D)		<u>752.822.606</u>	<u>79.834.903</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	<u>58.898.567</u>	<u>794.309.761</u>
(F)		<u>811.721.173</u>	<u>807.178.264</u>
		<u>807.906.095</u>	<u>727.831</u>
Resultados operacionais:		<u>(B) - (A)</u>	<u>(47.193.402)</u>
Resultados financeiros:		<u>(D-B) - (C-A)</u>	<u>(509.213.758)</u>
Resultados correntes:		<u>(D) - (C)</u>	<u>462.020.356</u>
Resultados antes de impostos:		<u>(F) - (E)</u>	<u>493.157.055</u>
Resultado líquido do exercício:		<u>(F) - (G)</u>	<u>500.021.577</u>
		<u>500.085.704</u>	<u>(54.225.821)</u>
		<u>500.085.704</u>	<u>562.074.910</u>
		<u>500.085.704</u>	<u>507.849.089</u>
		<u>500.085.704</u>	<u>474.722.214</u>
		<u>500.085.704</u>	<u>500.085.704</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prestações de serviços	54.a)	12.640.134	12.359.834
Custo das prestações de serviços	54.b)	(42.644.154)	(61.153.367)
Resultados Brutos		(30.004.020)	(48.793.533)
Outros proveitos e ganhos e operacionais		230.517	550.339
Custos administrativos		(2.982.554)	(2.833.236)
Outros custos e perdas operacionais	54.c)	(22.171.805)	(29.062.910)
Resultados operacionais		(54.927.862)	(80.139.340)
Custo líquido de financiamento	54.d)	(25.397.535)	(1.324.746)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	54.e)	578.314.489	553.458.123
Ganhos (perdas) em outros investimentos	54.f)	4.187.407	901.391
Resultados correntes		502.176.499	472.895.428
Impostos sobre os resultados correntes	54.g)	(2.154.922)	27.190.276
Resultado líquido do exercício		<u>500.021.577</u>	<u>500.085.704</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUTGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(72.439.388)	(92.016.345)
Pagamento ao pessoal		(11.525.834)	(19.515.943)
Fluxo gerado pelas operações		<u>(83.965.222)</u>	<u>(111.532.288)</u>
Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento		202.064.836	191.737.941
Outros (pagamentos) / recebimentos relativos à actividade operacional		<u>34.237.334</u>	<u>76.127.311</u>
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>152.336.948</u>	<u>156.332.964</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(2.550.000)	(2.550.000)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>149.786.948</u>	<u>153.782.964</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	55.a)	969.316.396	1.235.593.048
Juros e proveitos similares		45.535.437	99.844.311
Dividendos	55.b)	615.002.132	1.014.430.600
Outros	55.c)	<u>40.060.638</u>	-
		<u>1.669.914.603</u>	<u>2.349.867.959</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	55.d)	<u>(1.001.386.315)</u>	<u>(2.066.273.936)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>668.528.288</u>	<u>283.594.023</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	55.e)	34.960.985.902	19.709.024.707
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	55.f)	(34.710.078.835)	(19.401.967.828)
Juros e custos similares		(99.597.187)	(141.483.273)
Dividendos	40	<u>(395.085.000)</u>	<u>(267.485.504)</u>
Aquisição de acções próprias		<u>(340.455.888)</u>	<u>(495.312.220)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(35.545.216.910)</u>	<u>(20.306.248.825)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		234.084.228	(159.847.131)
Efeito das diferenças de câmbio		(1.833.566)	(551.061)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	55.g)	1.359.452.130	1.519.850.319
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	55.g)	<u>1.591.702.792</u>	<u>1.359.452.130</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

A Portugal Telecom adoptou em 2005, pela primeira vez, os IFRS – International Financial Reporting Standards ("IFRS") adoptados pela União Europeia na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 e de 2005 que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) Detentores do capital

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital social da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2005, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,93% do capital social da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 acções de Categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext-Lisboa e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicados os IFRS. As demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (*goodwill*) e são amortizadas de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	5
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	3 – 8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, à data de aquisição, foi registada como *trespasse (goodwill)* na rubrica "Imobilizações incorpóreas", caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões (Nota 34).

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são

registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias, subsídio de férias e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimadas e incluídas na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45.d)).

As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período (Nota 6).

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração dos resultados;
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

I) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,1797
Franco Suíço	CHF	1,5551
Libra Esterlina	GBP	0,6853
Real Brasileiro	BRL	2,744

6. Impostos e Taxes

- (a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

No exercício de 2005, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS" ou "consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda.; Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS"); PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT PRO - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT PRO"); PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios"); PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação ,S.A. ("PT Compras"); PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Corporate"); PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ("PT Wi- FI"); PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A. ("PT investimentos Internacionais"); PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A.; PT.Com – Comunicações Interactivas, S.A.; Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda. ("PT.com"); Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A.; PT Prime, S.A. ("PT Prime"); e Infonet Portugal – Serviços de Valor Acresentado, Lda..

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data.
- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acresentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.

- (d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, em 31 de Dezembro de 2005 foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, Euro 161.895.276 e Euro 274.087.741. O detalhe dos saldos e movimentos ocorridos no exercício de 2005 foi o seguinte:

	Aumentos / (Reduções)				Saldo final
	Saldo inicial	Utilização do crédito fiscal	Resultado Líquido	Outros Movimentos	
Activos por impostos diferidos					
Provisões	3.541.687	-	(3.541.687)	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	351.590.474	(230.482.406)	-	2.858.356	123.966.424
Instrumentos financeiros	15.386.369	-	(6.471.614)	-	8.914.755
Outros (ii)	2.524.500	-	26.489.597	-	29.014.097
	373.043.030	(230.482.406)	16.476.296	2.858.356	161.895.276
Passivos por impostos diferidos					
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	267.791.061	-	-	-	267.791.061
Outros	6.296.680	-	-	-	6.296.680
	274.087.741	-	-	-	274.087.741
	230.482.406	(16.476.296)			

- (i) O montante referente à utilização de prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores, foi como segue:

Estimativa de imposto corrente das subsidiárias incluídas no RETGS (Nota 16)	230.635.845
Estimativa de imposto corrente da PT SGPS individual:	
Resultado do exercício	(752.914)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(339.073)
Poupança apurada no consolidado fiscal (Nota 45.d))	(10.534.610)
Ajustamentos à colecta (Nota 49)	(1.204.512)
Liquidação adicional de IRC de 2002 (Nota 46)	12.677.670
	230.482.406

Os outros movimentos ocorridos nesta rubrica respeitam a retenções na fonte efectuadas por entidades estrangeiras, no montante de Euro 2.8585.356, que só poderão ser utilizadas quando a Portugal Telecom apurar colecta.

- (ii) O aumento ocorrido nesta rubrica inclui um montante de Euro 25.648.097 que respeita à diferença temporária existente na tributação das mais-valias decorrentes da reestruturação societária do investimento financeiro na UOL.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	493.157.055
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	<u>135.618.190</u>
Diferenças permanentes (a)	(146.053.696)
Outras diferenças temporárias	3.401.437
Ajustamentos à colecta	<u>169.547</u>
	<u>(6.864.522)</u>

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

Imposto corrente (b)	9.611.774
Imposto diferido	<u>(16.476.296)</u>
	<u>(6.864.522)</u>

(a) As diferenças permanentes resultam essencialmente da não tributação das seguintes situações: (1) ganhos líquidos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados das empresas do grupo e associadas; (2) amortização do *goodwill*; (3) poupança de imposto sobre o rendimento decorrente da adopção do RETGS; e (4) mais-valias contabilísticas na alienação de investimento financeiros, cuja tributação é apurada com base nos valores de aquisição.

(b) O imposto corrente registado no exercício de 2005, no montante de Euro 9.611.774, inclui (1) Euro 752.914 relativo ao imposto corrente apurado pela Portugal Telecom e registado a deduzir aos prejuízos fiscais reportáveis; e (2) um montante de Euro 10.364.688 suportado pela Portugal Telecom relacionado com a tributação no Brasil das mais-valias obtidas na alienação de 16% da UOL (Nota 46.b)).

7. Número Médio de Pessoal

No exercício de 2005, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi o seguinte:

Pessoal da Portugal Telecom:

Efectivos	70
Contratados a termo certo	3

Pessoal cedido por empresas do Grupo:

PT Comunicações	62
Outras empresas	4
	<u>139</u>

As responsabilidades com benefícios de reforma relativas a empregados cedidos por empresas do Grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

9. Amortizações de Trespasses

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de trespasses (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a)):

	Valor bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
PT-Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimédia")	199.585.520	42.896.122	156.689.398
PT.com	173.465.618	28.188.163	145.277.455
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89.338.063	14.517.435	74.820.628
UOL (Nota 10)	55.390.750	4.429.519	50.961.231
PT Prime	33.817.393	5.072.609	28.744.784
Web-Lab	8.179.594	1.635.919	6.543.675
PT SI	8.081.262	8.065.019	16.243
	567.858.200	104.804.786	463.053.414

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, no máximo de 20 anos.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2005 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

	Imobilizado bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização Cambial	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.764.812	3.142.554	-	-	1.066.032	6.973.398
Propriedade industrial e outros direitos	270.216	145.742	-	-	190.418	606.376
Trespasses (Nota 9) (a)	520.932.495	61.281.427	(25.918.923)	11.563.201	-	567.858.200
Imobilizações incorpóreas em curso	1.066.032	180.023	-	-	(1.061.055)	185.000
	525.033.555	64.749.746	(25.918.923)	11.563.201	195.395	567.858.200
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	-	40.000	-	-	-	40.000
Equipamento de transporte	3.165.125	620.709	(346.278)	-	(226.594)	3.212.962
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	2.972.462	337.047	(3.080)	-	(21.702)	3.284.727
Outras imobilizações corpóreas	1.137.722	-	-	-	-	1.137.722
Imobilizações corpóreas em curso	198.965	-	-	-	(198.965)	-
	7.474.848	997.757	(349.358)	-	(447.260)	7.675.985
Amortizações acumuladas						
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização Cambial	Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.111.598	1.038.053	-	-	-	2.149.651
Propriedade industrial e outros direitos	141.937	85.831	-	-	-	227.768
Trespases (Notas 9 e 45.c))	73.159.270	33.587.087	(2.489.164)	547.593	-	104.804.786
	74.412.805	34.710.971	(2.489.164)	547.593	-	107.182.205
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	-	200	-	-	-	200
Equipamento de transporte	1.448.342	744.889	(261.815)	-	(94.783)	1.836.633
Ferramentas e utensílios	551	23	-	-	-	574
Equipamento administrativo	1.287.728	689.072	(1.604)	-	(18.110)	1.957.086
Outras imobilizações corpóreas	90.292	45.337	-	-	-	135.629
	2.826.913	1.479.521	(263.420)	-	(112.892)	3.930.122

(a) Os movimentos ocorridos no exercício de 2005 na rubrica "Trespasses" resultam essencialmente da operação de reestruturação do investimento financeiro detido na UOL, que compreendeu as seguintes transacções:

- (i) Conversão das *debentures* concedidas à UOL, no montante de Euro 65.512.817, em aumento de capital;
- (ii) Aquisição à PT.com do empréstimo concedido à Idealyze, no montante de Euro 92.860.937, conversão do mesmo em capital social desta associada e subsequente permuta por uma participação adicional na UOL; e
- (iii) Alienação parcial do investimento financeiro detido na UOL, na sequência da oferta pública de venda ("IPO") lançada por esta empresa no Brasil.

Em resultado das operações (i) e (ii) acima mencionadas, foi apurado um montante de *goodwill* de Euro 123.021.960 (Nota 10.b.iv)), o qual foi ajustado em Euro 61.740.533 por contrapartida dos resultados apurados pela PT Brasil e PT.com, no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, por forma a eliminar os ganhos intragrupo apurados com esta operação de reestruturação. No âmbito do IPO, a Empresa procedeu à alienação parcial do seu investimento, tendo por esse motivo reduzido proporcionalmente o valor líquido do *goodwill* existente à data, no montante de Euro 16.058.116 (Euro 17.453.878 de valor bruto e Euro 1.395.762 de amortizações acumuladas) (Nota 46.b)). Adicionalmente e em resultado do *goodwill* reconhecido estar expresso na moeda funcional da participação financeira, foi efectuada uma actualização cambial no montante de Euro 11.563.201 registado por contrapartida da rubrica de "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas" (Nota 40). Em 31 de Dezembro de 2005, o valor bruto do *goodwill* na UOL ascendia a Euro 55.390.750 (Nota 9).

Adicionalmente, no exercício de 2005, a Empresa alienou a sua participação na Lusomundo Media, SGPS, S.A., tendo reduzido o valor bruto do *goodwill* e as correspondentes amortizações acumuladas em 8.465.045 Euros e 1.093.402 Euros, respectivamente (Nota 46.b)).

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos no exercício de 2005 nas rubricas de investimentos financeiros, foram os seguintes (Nota 16):

	Saldo inicial	Aplicação da equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos e reservas (ii)	Aumentos (iii)	Ajustamentos / Transferências (iv)	Reduções (v)	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	1.672.586.174	1.145.697.004	(609.917.252)	58.082.447	3.096.733	(62.809.716)	2.206.735.390
Empréstimos a empresas do grupo	2.693.368.446	-	-	454.144.358	24.694.926	(355.013.003)	2.817.194.727
Partes de capital em empresas associadas	5.144.383	29.486.803	(3.526.280)	136.493.935	(123.021.960)	(4.760.803)	39.816.078
Empréstimos a empresas associadas	113.309.565	-	-	92.860.935	(134.525.967)	(36.325.865)	35.318.668
Partes de capital em outras empresas	65.758.730	-	-	-	-	(6.960.000)	58.798.730
Outros empréstimos concedidos	3.572.662	-	-	-	1.638	-	3.574.300
Títulos e outras aplicações financeiras	-	-	-	2.655.000	-	-	2.655.000
Adiantamento por conta de investimentos financeiros (Nota 55.d))	-	-	-	1.350.000	-	-	1.350.000
	4.553.739.960	1.175.183.807	(613.443.532)	745.586.675	(229.754.630)	(465.869.387)	5.165.442.893
Ajustamento a investimentos financeiros	(48.081.874)			1.400.232	(2.502.413)	39.371.874	(9.812.181)
	4.505.658.086	1.175.183.807	(613.443.532)	746.986.907	(232.257.043)	(426.497.513)	5.155.630.712

-
- (i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	530.977.110
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	682.675.733
Diminuições:	
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	(1.986.363)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(36.482.672)
	<u><u>1.175.183.807</u></u>

- (ii) Os dividendos e reservas distribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição:

TMN (Nota 55.b))	281.568.975
PT Comunicações (Nota 55.b)	228.869.876
PT Multimédia (Nota 55.b))	45.152.425
PT Internacional Finance (Nota 55.b)	44.468.112
PT Prime (Nota 55.b)	9.778.846
Páginas Amarelas (Nota 55.b))	3.526.280
Previsão (Nota 55.b))	79.018
	<u><u>613.443.532</u></u>

- (iii) Os aumentos ocorridos na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" e "Partes de capital em empresas associadas", têm a seguinte composição:

Partes de capital em empresas do Grupo:

Aumento de capital na PT Brasil (Nota 55.d))	<u><u>58.082.447</u></u>
--	--------------------------

Partes de capital em empresas associadas:

UOL	65.512.817
Idealyze	70.981.118
	<u><u>136.493.935</u></u>

Os aumentos ocorridos na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo", foram como segue (Nota 55.d)):

TMN	350.000.000
PT PRO	76.000.000
Web-Lab	19.129.358
PT Wi-Fi	5.515.000
PT II	2.000.000
PT SI	1.500.000
	<u><u>454.144.358</u></u>

Os aumentos ocorridos na rubrica de "Empréstimos a empresas associadas", referem-se à aquisição à PT.com do empréstimo concedido à Idealyze, no âmbito da operação de reestruturação do investimento na UOL, conforme referido anteriormente.

-
- (iv) As transferências ocorridas na rubrica “Partes de Capital em empresas associadas” referem-se ao *goodwill* apurado no âmbito da operação de reestruturação da UOL (Nota 10.a)).

Os ajustamentos/transferências ocorrido na rubrica de “Empréstimos a empresas associadas” referem-se essencialmente: (1) à conversão das *debentures* sobre a UOL (Euro 65.512.817) e do empréstimo concedido à Idealyze (Euro 70.981.118), em aumentos de capital nestas duas empresas; e (2) a variações cambiais favoráveis das *debentures* ocorridas até ao momento da sua conversão, no montante de Euro 1.969.605.

- (v) A redução ocorrida na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo” refere-se a uma redução de capital na PT Brasil no montante de Euro 62.682.216, a qual ainda se encontra por liquidar (Nota 16), e à liquidação da PT North América no montante de Euro 127.500.

A redução ocorrida na rubrica “Partes de capital em empresas associadas” refere-se à alienação parcial do investimento financeiro na UOL no âmbito do IPO (Nota 46.b)).

A redução ocorrida na rubrica “Partes de Capital em outras empresas” refere-se à alienação do investimento financeiro na Media Capital, cujo investimento foi vendido por um montante de Euro 12.880.000 (Nota 55), tendo sido realizada uma mais-valia de Euro 5.920.000 (Nota 46.b)).

A redução ocorrida na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” refere-se ao reembolso dos empréstimos concedidos às seguintes empresas (Nota 55.a)):

PT.com	182.500.000
PT Multimédia	67.257.261
PT PRO	47.945.000
PT Prime SGPS	22.000.000
Web-Lab	12.563.519
PT Ventures	10.966.432
PT Telecom Brasil	6.780.790
PT Inovação	5.000.000
	<hr/>
	355.013.002

A redução ocorrida na rubrica de “Empréstimos a empresas associadas” inclui Euro 14.446.048 referente à utilização directa da provisão constituída em anos anteriores para as *debentures* da UOL e Euro 21.879.817 (Nota 45.c)) referente a um perdão de juros vencidos do empréstimo concedido à Idealyze, ocorrida no âmbito da operação de reestruturação do investimento na UOL.

A redução ocorrida na rubrica de “Ajustamentos a investimentos financeiros” inclui Euro 14.446.048 referente à utilização directa da provisão constituída para as *debentures* da UOL e Euro 24.925.826 referente à reversão do valor remanescente desta provisão que se mostrou excessiva, face ao valor de mercado da UOL apurado no IPO (Nota 45.f)).

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2005, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (*Fair Value*).

15. Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	Capital	Juros	Total
2006	643.615	27.883	671.498
2007	351.321	14.680	366.001
2008	242.164	6.628	248.792
2009	122.509	1.660	124.169
	1.359.609	50.851	1.410.460

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2005, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo e associadas, era como segue:

Denominação	Sede	Capitais próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
Partes de capital em empresas do grupo						
PT Comunicações	(a) Rua Andrade Corvo, 6	1.556.116.978	247.254.404	100,00%	607.150.787	-
TMN	(b) Av. Álvaro Pais, nº 2 Lisboa	1.539.599.574	109.903.167	100,00%	859.294.487	-
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. ("PT Finance")	Strawinkyalaan 3105, 7º floor - Amsterdam, Holanda	253.705.065	1.593.697	100,00%	253.705.065	-
PT Multimédia	(c) Av. 5 de Outubro, 208 Lisboa	431.035.222	81.985.594	58,43%	251.860.049	-
PT Brasil	(d) R.Sampaio Viana, 277-5º Paraíso - S.Paulo, Brasil	118.933.487	39.844.023	99,95%	118.875.177	-
PT Prime	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	63.445.317	23.746.572	100,00%	63.445.317	-
Simarc	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	27.567.380	(752.555)	100,00%	27.567.380	-
PT Inovação	(e) R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro	23.354.660	6.521.919	100,00%	20.860.671	-
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	R. Entrecampos, nº 28 Lisboa	4.873.379	140.565	78,12%	3.807.084	-
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L.	(f) Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor - Bélgica - 1050 Bruxelas	171.656	-	98,67%	169.373	-
PT Prime SGPS	(g) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	2.397.176	(887.886)	100,00%	-	368.822.369
PT.com	(h) Av. 5 de Outubro, nº 206 2º - Lisboa	88.529.385	27.219.923	100,00%	-	275.151.743
PT Ventures	(i) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	142.397.731	51.753.913	100,00%	-	101.436.647
PT PRO	(j) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	52.273.010	(14.993.336)	100,00%	-	35.312.902
Web-Lab	(l) Rua do Noronha,nº 1 - Lisboa	2.562.114	(182.214)	100,00%	-	16.437.886
PT Compras	(m) R. Entrecampos, nº 28 Lisboa	(11.493.686)	(5.581.220)	100,00%	-	15.393.686
PT Asia	Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	(9.907.557)	(4.670.405)	95,92%	-	9.503.328
PT Investimentos Internacionais	(n) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(4.240.482)	(6.517.475)	100,00%	-	9.240.482
PT Wi-Fi	(o) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(1.551.408)	(4.661.165)	100,00%	-	8.551.408
PT Meios	(p) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 39 Lisboa	(3.503.518)	(1.142.455)	100,00%	-	5.323.518
PT SI	Urb., Tagusparque –Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 - Oeiras	12.087.570	(4.901.232)	99,80%	-	3.939.366
PT Corporate	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(332.860)	5.498	100,00%	-	332.860
					<u>2.206.735.390</u>	<u>849.446.195</u>
Partes de capital em empresas associadas:						
UOL	São Paulo - Brasil	162.017.857	86.926.749	22,17%	35.923.402	-
Páginas Amarelas	Av. Republica, 50, 6º Lisboa	15.648.951	9.144.016	24,88%	3.892.676	-
Sportinveste Multimédia	Lg. Lagoa, nº15 A Linda-a-Velha	30.023.170	1.775.000	50,00%	-	10.182.623
					<u>39.816.078</u>	<u>10.182.623</u>
						<u>859.628.818</u>

- (a) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 948.966.191.
- (b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 680.305.087.
- (c) O resultado líquido de 2005 considerado para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial inclui a anulação de ganhos intragrupo gerados na emissão de *put warrants* pela PT Multimédia, no montante de Euro 32.416.865.

-
- (d) O resultado líquido de 2005 considerado para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial inclui a anulação de ganhos intragrupo gerados na operação de reestruturação do investimento financeiro na UOL, no montante de Euro 24.043.200.
- (e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 2.493.989.
- (f) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam-se a 31 de Dezembro de 2002.
- (g) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 371.219.545. Na aplicação da equivalência patrimonial a esta participada é anulada uma mais-valia gerada em 2002 na alienação da Megamédia à PT SI.
- (h) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 363.681.128. O resultado líquido de 2005 considerado para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial inclui a anulação de ganhos intragrupo gerados na operação de reestruturação do investimento financeiro na UOL, no montante de Euro 37.697.333.
- (i) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 243.834.378.
- (j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 87.585.912.
- (k) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 19.000.000.
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 3.900.000.
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 5.000.000.
- (m) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 7.000.000.
- (n) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 1.820.000.
- (o) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de Euro 16.034.831.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Partes de capital em outras empresas” tem a seguinte composição:

Partes de capital em empresas associadas e outras (Nota 10.b)):

BES - Banco Espírito Santo, S.A.	55.300.000
INESC	1.995.192
Taguspark	1.296.875
Outras	<u>206.663</u>
	<u>58.798.730</u>
Ajustamento a investimentos financeiros	<u>(1.995.193)</u>
	<u>56.803.537</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Prestações acessórias e suplementares concedidas:

PT Comunicações	948.966.191
TMN	680.305.087
PT.com	363.681.128
PT Prime SGPS	371.219.545
PT Ventures	243.834.378
PT PRO	87.585.912
Web-Lab	19.000.000
PT SI	16.028.970
PT Wi-Fi	7.000.000
PT Investimentos Internacionais	5.000.000
PT Compras	3.900.000
PT Inovação	2.493.989
PT Meios	1.820.000
	<hr/>
	2.750.835.200

Empréstimos de financiamento:

PT Prime	29.354.145
PT Brasil	11.047.573
PT Inovação	9.824.925
PT Ventures	8.431.337
PT Ásia	5.201.547
PT Wi-Fi	2.500.000
	<hr/>
	66.359.527
	<hr/>
	2.817.194.727

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Sportinveste Multimédia (a)	35.318.668
INESC (b)	3.292.066
Outras empresas	282.234
	<hr/>
	38.892.968
Ajustamento a investimentos financeiros	(7.816.988)
	<hr/>
	31.075.980

(a) Esta rubrica inclui prestações acessórias no montante de Euro 30.023.168 (Nota 18) e suprimentos no montante de Euro 5.295.500.

(b) Este empréstimo encontra-se totalmente ajustado em 31 de Dezembro de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005, as contas a receber de curto prazo de empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos concedidos:

PT Comunicações	62.000.000
PT Compras	8.160.000
PT SI	7.000.000
PT Ventures	4.979.123
PT Meios	2.440.000
PT Móveis	2.378.956
PT Asia	2.000.000
	<hr/>
	88.958.079
	<hr/>
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)	49.493.451

Outros valores a receber relativos a operações correntes:

PT Brasil (b)	68.375.852
PT Comunicações	19.713.781
Telesp Celular Participações	6.697.389
PT Ventures	6.265.127
TMN	4.936.067
PT Wi-Fi	4.213.035
PT Multimédia	3.805.601
Brasilcel	3.296.608
PT PRO	3.291.994
PT.com	3.125.911
PT Asia	3.087.126
PT Prime SGPS	1.671.784
TV Cabo Portugal	1.473.643
Telesp Celular	1.102.968
PT Corporate	1.080.747
PT SI	1.036.273
Outras	4.007.638
	<hr/>
	137.181.544
	<hr/>
	275.633.074

- (a) Este valor corresponde à colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal, no montante de Euro 230.635.845 (Nota 6), líquido dos pagamentos por conta e retenções na fonte efectuados no montante de Euro 181.142.394.
- (b) Este valor inclui Euro 62.682.216 relativos à redução de capital ocorrida no final de 2005 e que ainda se encontra por liquidar (Nota 10.b)).

Em 31 de Dezembro de 2005, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Aplicações financeiras na Portugal Telecom:

TMN	165.500.000
PT.com	55.000.000
PT Multimédia	35.000.000
Simarc	10.139.685
PT Prime	10.000.000
Web-Lab	165.512
	<hr/>
	275.805.197

Outros valores a pagar relativos a operações correntes:

PT.com	40.510.188
PT Comunicações	27.809.548
PT PRO	2.863.104
TMN	706.579
PT Prime SGPS	353.821
PT Investimentos Internacionais	319.716
PT Ventures	259.590
TV Cabo Portugal	190.029
PT Multimédia	174.473
PT Inovação	124.893
PT Prime	60.023
Outras	114.279
	<hr/>
	73.486.243
	<hr/>
	349.291.440
	<hr/>

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha prestado cartas conforto a favor de terceiros relativas às seguintes situações:

- Emissão de uma Fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a dívidas exequendas no valor de Euro 16.500.043.
- Emissão de uma fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma dívida de IVA de 2000, no montante de Euro 1.084.093.
- Emissão de uma carta de conforto ao Crédito Predial Português a favor da Simarc relativamente a uma garantia bancária até ao limite de Euro 423.895.
- Emissão de uma fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a dívidas de IRC de 2000 e 2001, no montante de Euro 2.750.704.

A Empresa prestou ainda um aval na livrança subscrita pela Mobitel a favor do Banco Espírito Santo, para contratação de uma linha de crédito no montante de 17 milhões de dólares americanos ("USD"), a qual à data de 31 de Dezembro de 2005 apresentava uma utilização de USD 16.850.000, correspondente a Euro 14.283.292.

Adicionalmente, a PT SGPS e os restantes accionistas da Sportinveste celebraram um Acordo Parassocial pelo qual a PT SGPS se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de Euro 40.000.000. Em 31 de Dezembro de 2005, a PT SGPS tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste Multimédia no montante de Euro 30.023.168 (Nota 16).

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 31 de Dezembro de 2005, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelos correspondentes ajustamentos de valor.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a Euro 902.145.978 (Nota 48.e)).

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no exercício de 2005 nas rubricas de provisões foram os seguintes:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>Utilizações/ Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões:					
Provisão para impostos (a)	13.975.284	6.459.810	-	(15.422.946)	5.012.148
Outras provisões:					
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (b)	947.418.003	51.946.640	(142.238.237)	2.502.412	859.628.818
Outros (c)	-	1.109.000	-	-	1.109.000
	<u>947.418.003</u>	<u>53.055.640</u>	<u>(142.238.237)</u>	<u>2.502.412</u>	<u>860.737.818</u>
	<u>961.393.287</u>	<u>59.515.450</u>	<u>(142.238.237)</u>	<u>(12.920.534)</u>	<u>865.749.966</u>

- (a) Os aumentos ocorridos nesta rubrica resultam da avaliação efectuada pela gestão relativamente a contingências fiscais e foram registados na rubrica de "Provisões". A coluna "Utilizações/transferências" respeitam à utilização de uma provisão constituída em exercícios anteriores para fazer face a uma liquidação de IRC relativa aos exercícios de 2000 e 2002.

-
- (b) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo os capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2005 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	50.097.978
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	<u>1.848.662</u>
	<u><u>51.946.640</u></u>

Reduções:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	116.910.918
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	<u>25.327.319</u>
	<u><u>142.238.237</u></u>

- (c) Esta provisão respeita a garantias prestadas pela Portugal Telecom à Controlinveste no âmbito do contrato de compra e venda do investimento na Lusomundo Media (Nota 46.b)).

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa ascendia a 1.128.856.500 Euros (Nota 40) e estava representado por 1.128.856.000 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos estatutos da Empresa, conferem direitos especiais que consistem em, por maioria de votos dessas mesmas acções, votar ou vetar determinados actos dos accionistas da Portugal Telecom, incluindo os seguintes:

- Eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;
- Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros distribuíveis;
- Aumentos de capital e outras alterações aos estatutos;
- Emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa;
- Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço;
- Definição dos princípios gerais da política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio

Durante o exercício de 2005, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Nota 36)	1.166.485.050	-	(37.628.550)	1.128.856.500
Acções próprias:				
Valor nominal	-	37.628.550	(37.628.550)	-
Descontos e prémios	-	302.827.338	(302.827.338)	-
Prémios de emissão de acções	91.704.891	-	-	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	328.139.280	726.258.778	(173.179.541)	881.218.517
Reserva legal	154.225.075	25.004.286	-	179.229.361
Outras reservas	93.643.594	378.084.438	(340.455.888)	131.272.144
Resultados transitados	370.456.302	213.910.824	(345.392.636)	238.974.490
Resultado líquido do exercício	500.085.704	500.021.577	(500.085.704)	500.021.577
	<u>2.704.739.896</u>	<u>2.183.735.791</u>	<u>(1.737.198.207)</u>	<u>3.151.277.480</u>

Acções próprias

No exercício de 2005, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	-	-	-	-
Compras	37.628.550	37.628.550	302.827.338	340.455.888
Cancelamento de acções próprias	(37.628.550)	(37.628.550)	(302.827.338)	(340.455.888)
Saldo Final	-	-	-	-

Na prossecução da decisão da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005 e no âmbito do programa de compra de acções próprias em até 10% do capital social, foram adquiridas e canceladas, em 21 de Dezembro de 2005, 37.628.550 acções próprias, tendo concluído deste modo a execução do acima mencionado programa.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: (i) da diferença entre os resultados do exercício de 2004 das empresas participadas, que advêm da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o exercício de 2005, registada por contrapartida de resultados transitados; (ii) de variações cambiais ocorridas no *goodwill* apurado em investimentos expressos em

moedas estrangeiras; e (iii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo, que não são resultantes do resultado líquido do período e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

Deste modo, o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2005 foi como segue:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos	-	(43.052.783)	(43.052.783)
Variações decorrentes dos empréstimos de financiamento (Nota 3.j)):			
Variações cambiais	4.623.697	-	4.623.697
Imposto corrente (Nota 6)	339.073		339.073
Reservas distribuíveis da PT Móveis (a)	-	(58.444.758)	(58.444.758)
Atribuição de reservas pela PT Multimédia	-	(32.416.865)	(32.416.865)
Equivalência patrimonial (b)	708.003.052	(38.331.334)	669.671.718
Variações cambiais do <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	11.563.201	(547.593)	11.015.608
Outros	1.729.755	(386.208)	1.343.547
	726.258.778	(173.179.541)	553.079.237

- (a) Este valor é referente ao aumento das reservas distribuíveis por parte da PT Móveis, em virtude da reclassificação, para resultados transitados, de ajustamentos de conversão cambial relativos a participações financeiras já vendidas.
- (b) Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	682.675.733	(36.482.672)	646.193.061
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.b))	25.327.319	(1.848.662)	23.478.657
	708.003.052	(38.331.334)	669.671.718

A variação desta rubrica inclui o efeito dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, essencialmente os investimentos financeiros localizados no Brasil, decorrentes essencialmente da valorização do Real face ao Euro durante o exercício de 2005.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o exercício de 2005 tem a seguinte composição:

	Saldo Inicial	Variações positivas	Variações negativas	Saldo Final
Reservas livres	5.843.644	-	-	5.843.644
Reserva de acções próprias	-	340.455.888	(340.455.888)	-
Reserva para acções próprias canceladas	87.799.950	37.628.550	-	125.428.500
	<u>93.643.594</u>	<u>378.084.438</u>	<u>(340.455.888)</u>	<u>131.272.144</u>

A rubrica "Reserva de acções próprias" corresponde à reserva indisponível exigida pelo Código das Sociedades Comerciais, que deverá ser constituída pelo valor equivalente ao valor das acções próprias em carteira (incluindo prémios de emissão). No exercício de 2005, o reforço desta rubrica corresponde ao valor das acções próprias adquiridas, tendo sido constituído por contrapartida da rubrica de resultados transitados.

A rubrica "Reserva para acções próprias canceladas" corresponde à reserva indisponível exigida pelo Código da Sociedades Comerciais, que deverá ser constituída pelo valor nominal das acções canceladas. No exercício de 2005, o reforço desta rubrica corresponde ao valor nominal das acções próprias que foram canceladas no final de 2005.

Resultados transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o exercício de 2005, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Atribuição de reservas pela PT Multimédia	32.416.865	-	32.416.865
Resultados não atribuídos	43.052.783	-	43.052.783
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2004	79.996.418	-	79.996.418
Reserva de acções próprias	-	(340.455.888)	(340.455.888)
Entrega de acções aos colaboradores	-	(4.845.726)	(4.845.726)
Reservas distribuíveis da PT Móveis	58.444.758	-	58.444.758
Outros	-	(91.022)	(91.022)
	<u>213.910.824</u>	<u>(345.392.636)</u>	<u>(131.481.812)</u>

Resultado líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, o resultado líquido do exercício de 2004, no montante de 500.085.704 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição de dividendos	395.085.000
Resultados transitados	79.996.418
Reserva Legal	25.004.286
	<u>500.085.704</u>

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 2005 e 2004, foram as seguintes:

	2005		2004	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores Executivos	3.316.054	4.875.915	3.278.563	3.184.567
Administradores Não Executivos	2.227.795	398.489	2.024.453	665.252
Conselho Fiscal	391.038	-	541.901	-
Mesa da Assembleia Geral	4.966	-	5.840	-
	5.939.853	5.274.404	5.850.757	3.849.819

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Nos exercícios de 2005 e 2004, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	107.643.011	105.723.355
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	52.084.341	59.259.185
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.689.289	16.929.699
Outros custos e perdas financeiros (c)	67.210.155	50.322.612
	230.626.796	232.234.851
Resultados financeiros	509.213.758	562.074.910
	739.840.554	794.309.761
Proveitos e ganhos		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	596.682.104	652.962.450
Juros obtidos (e)	42.258.504	60.105.451
Diferenças de câmbio favoráveis	5.613.544	3.632.626
Rendimentos de participações de capital	2.279.386	1.398.689
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	93.007.016	76.210.545
	739.840.554	794.309.761

(a) No exercício de 2005, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de Euro 73.097.595.

- (b) No exercício de 2005, as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos negativos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisões para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT PRO	-	14.993.336	14.993.336
PT Investimentos Internacionais	-	6.517.475	6.517.475
Sportinvest Multimédia	-	7.680.211	7.680.211
PT Compras	-	5.581.219	5.581.219
PT SI	952.065	3.939.365	4.891.430
PT Wi-Fi	-	4.661.165	4.661.165
PT Asia	-	4.479.852	4.479.852
PT Meios	-	1.142.455	1.142.455
PT Prime SGPS	-	887.886	887.886
Outras	1.034.298	215.014	1.249.312
	1.986.363	50.097.978	52.084.341

- (c) No exercício de 2005, esta rubrica inclui essencialmente: (i) amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros no total de Euro 37.191.683, dos quais Euro 33.587.087 (Nota 10) relativos à amortização do *goodwill* em empresas do Grupo, e 3.604.595 Euros relativos à constituição de ajustamentos para empréstimos a empresas do Grupo e associadas; (ii) custos no montante de Euro 21.879.817 associados a um perdão de juros sobre o empréstimo concedido à Idealyse no âmbito da conversão do mesmo em aumento de capital (Nota 10.b)); e (iii) custos com serviços bancários no montante de Euro 3.938.686.
- (d) No exercício de 2005, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos positivos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Comunicações	247.254.404	-	247.254.404
TMN	109.903.167	-	109.903.167
PT Brasil	39.812.701	-	39.812.701
PT Multimédia	48.848.325	-	48.848.325
PT Ventures	-	51.753.913	51.753.913
PT.com	-	27.219.923	27.219.923
UOL	26.868.742	-	26.868.742
PT Prime	23.746.572	-	23.746.572
PT Inovação	6.521.919	-	6.521.919
Paginas Amarelas	2.274.574	-	2.274.574
PT Finance	1.593.697	-	1.593.697
Outras	109.810	239.749	349.558
	506.933.910	79.213.585	586.147.494
Efeito da consolidação fiscal (Nota 6) (i)			10.534.610
			596.682.104

- (i) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas incluídas no perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h)).

(e) No exercício de 2005, a rubrica "Juros obtidos" apresenta a seguinte composição:

Juros de aplicações financeiras	34.033.243
Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo:	
Mobitel	2.429.390
PT Multimédia	1.921.687
Web-Lab	1.000.298
PT Prime	731.857
PT Comunicações	663.599
PT Ventures	343.269
PT PRO	267.013
Outras empresas	<u>837.343</u>
	8.194.456
Outros juros	<u>30.805</u>
	<u><u>42.258.504</u></u>

(f) Esta rubrica inclui essencialmente: (i) ganhos decorrentes da emissão de *warrants* por parte da PT Multimédia, no montante de Euro 32.416.865 (Nota 55.c)); (ii) reversão da provisão relativa às *debentures* da UOL no montante de Euro 24.925.826 (Nota 10.b)); (iii) ganhos decorrentes da valorização de derivados cambiais, no montante de Euro 22.448.583; e (iv) rendimentos de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia, no montante de Euro 7.643.773 (Nota 55.c)).

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos exercícios de 2005 e 2004, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas		
Donativos	2.895.756	2.948.487
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 6.d))	12.677.670	6.189.346
Outros custos e perdas extraordinários (a)	<u>12.188.442</u>	<u>24.716.873</u>
	<u>27.761.868</u>	<u>33.854.706</u>
Resultados extraordinários	<u>31.136.699</u>	<u>(33.126.875)</u>
	<u><u>58.898.567</u></u>	<u><u>727.831</u></u>
Proveitos e ganhos		
Ganhos em imobilizações (b)	58.861.050	130.763
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>37.517</u>	<u>597.068</u>
	<u><u>58.898.567</u></u>	<u><u>727.831</u></u>

(a) Esta rubrica inclui Euro 293.077 relativos à menos-valia gerada com a alienação do investimento financeiro de 5,94% na Lusomundo Media, conforme segue:

Valor de venda (Nota 55.a))	10.140.768
Abate do investimento financeiro	32.798
Abate de <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	(8.465.045)
Abate de amortização acumulada de <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	1.093.402
Provisão para garantias prestadas ao comprador (Nota 34)	(1.109.000)
Despesas incorridas com a venda	<u>(1.986.000)</u>
	<u><u>(293.077)</u></u>

(b) Esta rubrica inclui essencialmente os ganhos obtidos nas alienações dos investimentos financeiros na Media Capital (Euro 5.920.000, Nota 10.b)) e na UOL (Euro 52.912.597). O ganho relativo à alienação de 16% na UOL foi determinado conforme segue:

Valor de venda (i)	72.012.575
Abate do investimento financeiro (Nota 10.b))	(4.760.802)
Abate de <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	(17.453.877)
Abate de amortização acumulada de <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	1.395.762
Abate de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	<u>1.718.939</u>
	<u><u>52.912.597</u></u>

(i) Este valor foi deduzido da retenção na fonte efectuada pelas autoridades fiscais Brasileiras, a título de tributação de mais-valias, no montante de Euro 10.364.688 (Nota 6), tendo o encaixe efectivo ascendido a Euro 61.647.887 (Nota 55.a)).

48. Empréstimos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2005		2004	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (e)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	80.279.225	714.738.150	91.754.107	545.017.376
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)	390.335.000	-	-	390.335.000
Outros empréstimos obtidos				
Empréstimos externos (c)	-	1.199.553.000	1.247.600.000	-
Empréstimos internos (d)	574.774.497	-	312.858.486	-
	574.774.497	1.199.553.000	1.560.458.486	-
	<u>1.045.388.722</u>	<u>1.914.291.150</u>	<u>1.652.212.593</u>	<u>935.352.376</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os empréstimos bancários encontravam-se expressos em euros, sendo as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos as seguintes:

	2005	2004
- Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	205.120.408	257.406.112
- Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	7.668.867	9.127.071

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	2005	2004
Taxa de juro máxima	4,60%	4,90%
Taxa de juro mínima	2,44%	2,02%

(b) Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito pela PT Finance, com o valor total de Euro 550.000.000,

correspondente a 110.000 obrigações, com o valor nominal de Euro 5.000 cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (*American Depository Shares*) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de Euro 12,3985 por acção. O reembolso destas obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 2%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado. Em Dezembro de 2003 e em Outubro de 2004, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de Euro 109.665.000, e 10.000 obrigações convertíveis, no montante de Euro 50.000.000, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2005 era de Euro 390.335.000.

- (c) Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de Euro 1.000.000.000. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. A partir de 2003, todas as emissões no âmbito deste programa foram efectuadas pela TMN. Este Programa encontra-se associado à emissão em 7 de Abril de 1999 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante de Euro 1.000.000.000. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 4,625%.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de Euro 1.350.000.000. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Na sequência de aditamentos efectuados até à data, em 31 de Dezembro de 2005, o montante máximo do programa é de Euro 3.000.000.000, dos quais a Empresa tem emitido um montante de Euro 1.199.553.000. Em 31 de Dezembro de 2005, as emissões efectuadas no âmbito deste programa encontram-se associadas essencialmente: (i) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") de Euro 1.000.000.000, que correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75%; (ii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de Euro 500.000.000, com maturidade em Fevereiro de 2009 e 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos); e (iii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de Euro 150.000.000 contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade a seis anos, encontrando-se utilizado em 31 de Dezembro de 2005 um montante de Euro 75.000.000.

-
- (d) A Empresa mantém contratados Programas de Papel Comercial de curto prazo no montante total de Euro 875.000.000, encontrando-se utilizado a 31 de Dezembro de 2005 um montante de Euro 574.774.497, contratado com uma taxa de juro média anual de 2,56% e vencimento em Janeiro de 2006.
- (e) Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2007	93.772.376
2008	123.269.695
2009	110.051.551
2010	110.051.550
2011 e anos seguintes (Nota 29)	902.145.978
	<hr/>
	1.339.291.150
	<hr/>

- (f) Em 31 de Dezembro de 2005, existiam diversos condicionalismos financeiros ("covenants") associados aos financiamentos obtidos pelo Grupo, em que a Empresa é mutuário, os quais àquela data estavam a ser cumpridos, sendo de destacar os seguintes:

• **Notações de rating**

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI relativamente a empréstimos no montante de 379 milhões de euros. Em 8 de Março de 2006, o rating da PT sofreu um *downgrade* para BBB+ pela S&P, e para Baa1 pela Moody's, estando a Empresa a negociar com o BEI uma revisão dos termos e condições deste empréstimo.

• **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

A *credit facility* de 500 milhões de euros prevê que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries* (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados).

• **Alienação de activos**

A *credit facility* de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 667 milhões de euros, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

• **Rácios Financeiros**

A *credit facility* de 500 milhões de euros e uma das *credit facilities* de 100 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o

EBITDA consolidado. A *credit facility* de 100 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (*spread* aplicável) relativas à *credit facility* de 500 milhões de euros e a uma *credit facility* de 150 milhões de euros serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 31 de Dezembro de 2005, este rácio é equivalente a 1,47.

• Negative pledge

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes da PT Finance, as emissões de obrigações convertíveis e as *credit facilities* de 900 milhões de euros contratadas pela PT Finance (incluindo as *facilities* de 500 e 150 milhões de euros acima mencionadas), estão abrangidos por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	2005		2004	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	10.044.756	1.243.170	6.394.321	906.981
Imposto sobre o Valor Acrescentado	659.677	-	37.455	195.935
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	423.917	-	275.320
Restantes impostos	-	-	29	-
Segurança Social	-	74.236	-	100.808
	10.704.434	1.741.323	6.431.805	1.479.044

O saldo devedor da rubrica "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas" respeita essencialmente a retenções na fonte efectuadas por terceiros à Portugal Telecom. O saldo credor desta rubrica inclui Euro 1.204.512 referentes a ajustamentos à colecta de 2005 decorrentes essencialmente da tributação autónoma (Nota 6).

50. Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui um montante de Euro 5.749.399 relativos à aquisição de empréstimos concedidos à Web-Lab pelos seus anteriores accionistas, no âmbito da aquisição da parcela remanescente do investimento financeiro nesta empresa participada.

51. Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de rendimento fixo, que foram adquiridos como aplicação de tesouraria de curto prazo.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2005	2004
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	8.377.975	27.477.173
Prestação de serviços a empresas do grupo (a)	6.480.659	-
Outros	1.591.907	839.431
	<u>16.450.542</u>	<u>28.316.604</u>
Custos diferidos:		
Despesas financeiras (b)	2.057.030	2.872.229
Outros	884.112	1.756.506
	<u>2.941.142</u>	<u>4.628.735</u>
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar	17.742.656	17.763.190
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	7.970.182	10.357.761
Fornecimentos e serviços externos	2.895.201	5.267.932
Outros acréscimos de custos (c)	37.809.086	41.153.746
	<u>66.417.124</u>	<u>74.542.629</u>
Proveitos diferidos:		
Instrumentos financeiros derivados	-	21.024.037
Outros	<u>902.266</u>	<u>902.266</u>
	<u>902.266</u>	<u>21.926.303</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2005, este montante refere-se aos valores a facturar relativamente a serviços prestados à Telesp Celular, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2005, este montante refere-se essencialmente a despesas com emissão de papel comercial, que estão a ser diferidas pelo período dos empréstimos ou das emissões.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui Euro 26.641.763 referentes ao valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados (Nota 53)

53. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por *swaps* de taxa de juro em euros. Nesta data, o nocional destes instrumentos era de 687 milhões de euros, com uma maturidade média de 7,1 anos.

Risco de Taxa de Câmbio

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *cross currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de euros para dólares americanos. Em 31 de Dezembro de 2005, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 3,3 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2005 *cross currency swaps* de Dólares Americanos para Euros, com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total de dívida sujeita a contratos desta natureza era de 64 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 6,0 anos.

Instrumentos financeiros derivados com acções

Em 31 de Dezembro de 2005, de modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom tinha contratado junto de uma instituição financeira *equity swaps* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital, conforme segue:

- (i) 18.375.090 acções, com um preço de exercício de 8,87 euros e maturidade de 4 meses; e
- (ii) 12.200.000 acções, com um preço de exercício de 7,05 euros e maturidade de 4 meses;

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Grupo BESI contratos de derivados com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de euros, bem como a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital.

A exigibilidade do montante acima referido fica sujeito à condição suspensiva de ao BESI ser pago o preço das opções que o BESI contratar com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda correspondentes. Em caso de incumprimento por essas terceiras entidades, o BESI deverá para o efeito demonstrar perante a Portugal Telecom que foram celebradas tais opções e que se verificou o incumprimento da obrigação de pagamento de tais opções por essas terceiras entidades.

A Portugal Telecom já recebeu 50% deste montante durante o exercício de 2005, e espera receber os restantes 50% até Junho de 2006, sendo que este último montante será apenas registado em resultados na data em que ocorrer o seu efectivo recebimento.

Fair Value dos Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o *Fair Value* dos instrumentos financeiros derivados e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	31 de Dezembro de 2005		31 de Dezembro de 2004	
	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>
Instrumentos derivados:				
Taxa de juro (i)	(0,3)	(26,9)	(0,2)	(23,4)
Taxa de câmbio (Nota 52)	(26,6)	(26,6)	(40,7)	(40,7)
Taxa de juro e de câmbio (i)	(5,8)	(6,0)	(15,3)	(14,9)
	<u>(32,7)</u>	<u>(59,6)</u>	<u>(56,2)</u>	<u>(79,1)</u>
Instrumentos derivados com accões:				
Acções próprias (i)	(0,4)	10,6	(0,6)	6,0
Acções PT Multimédia (i)	(4,5)	42,0	(1,4)	18,6
	<u>(4,8)</u>	<u>52,6</u>	<u>(2,0)</u>	<u>24,6</u>

(i) O valor contabilístico destes derivados encontra-se registado na rubrica "Acréscimos de custos" e corresponde à especialização da parcela de juros incluídos nestes derivados.

54. Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Telesp Celular.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", parte da rubrica "Custos e perdas extraordinários", os "Custos com o pessoal" e as "Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo" da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da "Amortização dos trespasses ("goodwill")" gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos em filiais e associadas".
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", quotizações, donativos e impostos.

-
- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui essencialmente as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

Juros obtidos (Nota 45)	42.258.504
Juros suportados (Nota 45)	(107.643.011)
Outros proveitos e ganhos financeiros	68.081.190
Outros custos e perdas financeiros	(30.018.472)
Diferenças de câmbio favoráveis	5.613.544
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.689.289)
	<u><u>(25.397.533)</u></u>

- e) A rubrica "Ganhos em filiais e associadas" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	586.147.494
Reversão de provisões para investimentos financeiros (Nota 45.f))	24.925.826
Ganhos na alienação de associadas (Nota 46.a))	52.912.597
Perdas em empresas do grupo (Nota 45.b))	(52.084.341)
Amortização de trespasses ("goodwill") (Nota 45.c))	(33.587.087)
	<u><u>578.314.489</u></u>

- f) A rubrica "Ganhos em outros investimentos" da DRF inclui essencialmente a mais-valia obtida com a alienação do investimento financeiro na Media Capital no montante de Euro 5.920.000.

- g) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	6.864.522
Ganho resultante da consolidação fiscal (Notas 6 e 45.d))	10.534.610
Liquidação adicional de imposto relativo a exercícios anteriores (Notas 6.d) e 46)	(12.677.670)
Provisão para impostos (Nota 34)	(6.459.810)
Correções relativas a anos anteriores	(393.598)
Insuficiência de estimativa de IRC de 2004	(22.976)
	<u><u>(2.154.922)</u></u>

55. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Em 2005, esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos concedidos e apresenta a seguinte composição:

Prestações acessórias	
PT.com (Nota 10.b))	182.500.000
PT Prime SGPS (Nota 10.b))	22.000.000
	<hr/>
	204.500.000
Suprimentos	
PT Multimédia (Nota 10.b))	67.257.261
PT PRO (Nota 10.b))	47.945.000
Web-Lab (Nota 10.b))	12.563.519
PT Ventures (Nota 10.b))	10.966.432
Ptelecom Brasil (Nota 10.b))	6.780.790
PT Inovação (Nota 10.b))	5.000.000
	<hr/>
	150.513.002
Empréstimos intra-grupo de curto prazo:	
PT Comunicações	185.645.009
PT Multimédia	182.888.312
PT.com	134.951.029
PT SI	21.500.000
Web-Lab	4.650.390
	<hr/>
	529.634.740
Alienação de Investimentos	
UOL (Nota 46.b))	61.647.886
Media Capital (Nota 10.b))	12.880.000
Lusomundo Media (Nota 46.a))	10.140.768
	<hr/>
	84.668.654
	<hr/>
	969.316.396

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Em 2005, esta rubrica corresponde aos dividendos e reservas recebidos das seguintes empresas:

TMN (Nota 10.b))	281.568.975
PT Comunicações (Nota 10.b))	228.869.876
PT Multimédia (Nota 10.b))	45.152.425
PT Finance (Nota 10.b))	44.468.112
PT Prime (Nota 10.b))	9.778.846
Páginas Amarelas (Nota 10.b))	3.526.280
BES (Nota 45.f))	1.545.600
Previsão (Nota 10.b))	79.018
Taguspark (Nota 45.f))	13.000
	<hr/>
	615.002.132

c) Recebimentos provenientes de outras actividades de investimento

Em 2005, esta rubrica inclui Euro 32.416.865 (Nota 45.f)) referentes à atribuição de reservas pela PT Multimédia e Euro 7.643.773 (Nota 45.f)) relativamente a rendimentos de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia.

d) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Em 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Suprimentos concedidos:

PT Wi-Fi (Nota 10.b))	2.500.000
Web-Lab (Nota 10.b))	129.358
	<hr/>
	2.629.358

Empréstimos intragrupo concedidos:

PT Comunicações	247.645.009
PT Multimédia	134.951.029
PT.com	55.000.000
PT SI	28.500.000
PT Compras	3.800.000
PT Ventures	4.979.123
Web-Lab	4.650.391
PT Móveis	2.378.956
PT Asia	2.000.000
PT Meios	1.250.000
	<hr/>
	485.154.508

Prestações acessórias concedidas:

TMN (Nota 10.b))	350.000.000
PT PRo (Nota 10.b))	76.000.000
Web-Lab (Nota 10.b))	19.000.000
PT Wi-Fi (Nota 10.b))	3.015.000
PT Investimentos Internacionais (Nota 10.b))	2.000.000
PT SI (Nota 10.b))	1.500.000
	<hr/>
	451.515.000

Aquisição de participações e aumentos de capital:

PT Brasil (Nota 10.b))	58.082.447
PT Asia (Nota 10.b))	1.350.000
Web-Lab	2.655.002
	<hr/>
	62.087.449
	<hr/>
	1.001.386.315

e) Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos

Em 2005, esta rubrica inclui os fundos obtidos com empréstimos contratados no exercício e apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Emissão de Papel Comercial	33.746.086.351
Empréstimos bancários obtidos	250.637.895
	<hr/>
	33.996.724.246

Empréstimos intra-grupo:

TMN	471.931.025
PT Comunicações	320.175.946
PT Multimédia	80.000.000
PT.com	60.000.000
Simarc	10.139.685
PT Prime	10.000.000
PT PRO	9.000.000
PT Wi-Fi	3.015.000
	<hr/>
	964.261.656
	<hr/>
	34.960.985.902

f) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Em 2005, esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos obtidos e apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:

Papel comercial de curto prazo	33.532.217.769
Empréstimos bancários	92.239.887
	<hr/>
	33.624.457.656

Empréstimos intra-grupo:

PT Comunicações	469.530.937
TMN	306.431.025
PT.com	191.007.264
PT Multimédia	77.000.000
PT Prime SGPS	22.000.000
PT PRO	9.000.000
PT Prime	6.000.000
PT Wi-Fi	3.015.000
PT Móveis	1.636.953
	<hr/>
	1.085.621.179
	<hr/>
	34.710.078.835

g) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	2005	2004
Caixa e depósitos bancários		
imediatamente mobilizáveis	98.532.496	12.965.823
Títulos negociáveis	420.057.134	548.526.475
Aplicações financeiras	1.073.113.162	797.959.832
	<hr/>	<hr/>
	1.591.702.792	1.359.452.130

56. Eventos Subsequentes

Em 5 de Dezembro de 2005, a PT anunciou que os Conselhos de Administração da TCP, TCO, Telesudeste, Telereste e Celular CRT aprovaram a proposta de realização de uma reestruturação societária. Esta operação visa a incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades Telesudeste, Telereste e Celular CRT pela TCP, que passou a ser denominada Vivo Participações S.A.. Como consequência da reestruturação, os accionistas da TCO, Telesudeste, Telereste e Celular CRT irão receber novas acções da TCP: 3,0830 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TCO, 3,2879 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telesudeste, 3,8998 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telereste, e 7,0294 novas acções da TCP por cada 1 acção da Celular CRT. Em 22 de Fevereiro de 2006, os accionistas da TCP, TCO, Telesudeste, Telereste e Celular CRT aprovaram esta reestruturação societária nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Em 8 de Março de 2006, e em resultado do incremento da remuneração accionista proposto pelo Conselho de Administração até 2008, o *rating* da Portugal Telecom foi reduzido para BBB+ pela S&P, e para Baa1 pela Moody's.

Participações Qualificadas

Nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 8º do Regulamento nº 4/2004 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 31 de Dezembro de 2005:

- A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 99.150.076 acções da PT, representando 8,78% do capital social e dos direitos de voto da PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7.994.250 e 5.329.500 acções da PT, equivalentes a 0,71% e 0,47% do capital social e dos direitos de voto da PT. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 9,96% do capital social e dos direitos de votos.
- A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 96.096.420 acções da PT, equivalente a 8,51% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- O Grupo Banco Espírito Santo ("BES") detém directa e indirectamente 8,36% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Espírito Santo, S.A.	41.624.735
Membros da administração e fiscalização do BES	96.875
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	25.425.062
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	19.420.829
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	3.520.198
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	4.300.000
Total	94.387.699

- A holding americana, The Capital Group Companies, Inc ("CGC") detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 5,60% do capital social e 5,47% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções	% do Capital
Capital Research and Management Company	55.499.179	4,92%
Capital Guardian Trust Company	2.811.832	0,25%
Capital International, Inc.	1.414.783	0,13%
Capital International Limited	758.117	0,07%
Capital International S.A.	2.709.959	0,24%
Total	63.193.870	5,60%

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	Nº Acções	% dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	55.499.179	4,92%
Capital Guardian Trust Company	2.462.932*	0,22%
Capital International, Inc.	966.243*	0,09%
Capital International Limited	501.117*	0,04%
Capital International S.A.	2.271.659*	0,20%
Total	61.701.130	5,47%

* A diferença entre o número de acções detidas e os direitos de voto é devida à inexistência de poderes discricionários sobre todas as acções para o exercício de voto.

- O Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD") detém directa e indirectamente 5,04% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	51.724.471
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial Confiança, S.A.	5.185.213
Total	56.909.684

- A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 29.080.000 acções da PT, correspondente a 2,58% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- O Grupo Fidelity detém, através da FMR Corp. e da Fidelity International Limited, um total de 23.592.185 acções da PT, equivalente a 2,09% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- A Telexpress Investments, Limited, detém um total de 23.000.000 acções da PT, equivalente a 2,04% do capital social e dos direitos de voto da PT.

Após o final de 2005, ocorreram as seguintes alterações nas participações qualificadas da PT:

- Desde 27 de Janeiro de 2006, a CGD detém directa e indirectamente 5,14% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	51.884.471
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial Confiança, S.A.	6.166.663
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	1.884
Total	58.053.018

-
- Desde 8 de Março de 2006, a holding americana, CGC detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 1,96% do capital social e 1,82% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções	% do Capital
Capital Research and Management Company	15.795.000	1,40%
Capital Guardian Trust Company	1.516.350	0,13%
Capital International, Inc.	672.610	0,06%
Capital International Limited	3.409.110	0,30%
Capital International S.A.	681.130	0,06%
Total	22.074.200	1,96%

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	Nº Acções	% dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	15.795.000	1,40%
Capital Guardian Trust Company	1.383.525	0,12%
Capital International, Inc.	535.227	0,05%
Capital International Limited	2.240.845	0,20%
Capital International S.A.	634.229	0,06%
Total	20.588.826	1,82%

* A diferença entre o número de acções detidas e os direitos de voto é devida à inexistência de poderes discricionários sobre todas as acções para o exercício de voto.

Participações nos Termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 31 de Dezembro de 2005:

Conselho de Administração

- Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente do Conselho de Administração, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Miguel Horta e Costa, Presidente da Comissão Executiva, é titular de 23.395 acções da PT;
- Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63.111 acções da PT e de 89.196 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT;
- Carlos Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13.649 acções da PT. Em 5 de Janeiro de 2005 alienou 300 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 19,00 euros por acção. Em 26 de Janeiro de 2005 alienou 300 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 19,50 euros por acção. Em 31 de Janeiro de 2005 alienou 400 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 20,00 euros por acção. Em 8 de Fevereiro de 2005 alienou 400 acções da PT, a um preço médio de 9,71 euros por acção. Em 2 de Maio de 2005 alienou 2.150 acções da PT, a um preço médio de 8,66 euros por acção. Em 11 de Maio de 2005 alienou 1.950 acções da PT, a um preço médio de 8,47 euros por acção. O cônjuge é titular de 236 acções da PT;
- Iriarte Esteves, Administrador, é titular de 8.682 acções da PT. Em 10 de Maio de 2005 adquiriu 3.000 acções da PT, a um preço médio de 8,48 euros por acção;
- Paulo Fernandes, Administrador, é titular de 100 acções da PT;
- Henrique Granadeiro, Administrador, é titular de 50 acções da PT;
- Rodrigo Costa, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Joaquim Goês, Administrador, é titular de 2.437 acções da PT e de 150 acções da PT Multimédia;
- Carlos Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT;
- Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Fernando Abril, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;

-
- António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9.008 acções da PT e de 1.590 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 1.817 acções da PT e de 80 acções da PT Multimédia;
 - Luís de Mello Champalimaud, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23.000.000 acções da PT;
 - Carlos Blanco de Morais, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13.308 acções da PT;
 - Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Peter Golob, Administrador, é titular de 7 500 acções da PT;
 - Nuno Silvério Marques, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
 - Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Conselho Fiscal

- Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS

Ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas
da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A., apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O Conselho Fiscal reuniu mensalmente e acompanhou a evolução da actividade da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A., nomeadamente, participando nas reuniões do Conselho de Administração. Verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido tanto do Conselho de Administração como da Comissão Executiva que o integra, assim como dos responsáveis dos diversos serviços da Empresa, todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar.

Procedemos, também, ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa e do Auditor Externo da Empresa, tendo ainda realizado diversas reuniões com a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração.

No exercício das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivo Anexo, bem como o Relatório de Gestão para o exercício findo naquela data. Refere-se, no entanto, que é no âmbito do Relatório de Gestão da actividade consolidada da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. que se explicita a caracterização da evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas empresas do Grupo.

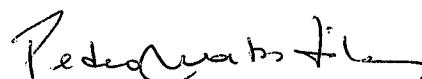
As análises que levámos a cabo foram suportadas do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas anexa ao presente, bem como pelo Relatório do Auditor Externo da Empresa, documentos que foram emitidos sem reservas.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras Individuais acima referidas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como a proposta de distribuição de resultados nele expressa, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que merecem o nosso acordo e devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2006

O CONSELHO FISCAL



Dr. Pedro Matos Silva
Presidente



Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho
Vogal



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - SROC
Representada por Dr. Mário João de Matos Gomes
Vogal



Certificação Legal das Contas

Ascenção, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.C.

Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** para o exercício de 2005, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de balanço de 7.698.884.952 Euros e um total de capital próprio de 3.151.277.480 Euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 500.021.577 Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

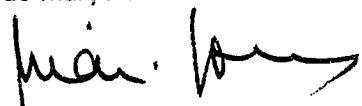
ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 16 de Março de 2006



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.



Relatório dos Auditores

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 7.698.884.952 Euros e capitais próprios de 3.151.277.480 Euros, incluindo um resultado líquido de 500.021.577 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 6, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 16 de Março de 2006


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual

...

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs então à votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2005", recomendando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haver o relatório de gestão, balanço e contas relativo ao exercício do ano de dois mil e cinco sido aprovado, por maioria.

...

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs então à votação o ponto quatro da Ordem de Trabalhos "Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, distribuição e afectação de reservas", recomendando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Perante os resultados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de verificar que nos votos a favor se compreendiam o das acções da categoria A, proclamou ter sido aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos.